

Estereótipos Sociais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.157.6>

Yuri Sousa

Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia e Serviço Social,
Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-8713-5543>
yuri.sousa@ufba.br

Rosa Cabecinhas

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais,
Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>
cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo

O capítulo oferece uma breve contextualização sobre o tema dos estereótipos na psicologia social. Apresentamos as origens conceituais do termo “estereótipo” e indicamos desenvolvimentos nas investigações sobre o fenômeno, as suas características e funções, as repercussões para a interação social e a relação com processos cognitivos, afetivos, interpessoais, intergrupais, culturais e ideológicos. Os estereótipos podem ser compreendidos como crenças socialmente partilhadas sobre as características, comportamentos e atributos dos membros de diferentes grupos e categorias sociais. Ao mesmo tempo que estão associados a automatismos cognitivos que facilitam a interação com os outros no cotidiano, os estereótipos estão implicados em relações de poder e desigualdade, sendo frequentemente associados a dinâmicas de preconceito, discriminação e desumanização. Para além da apresentação de desenvolvimentos teóricos e empíricos, chamamos a atenção para a predominância metodológica de medidas baseadas em questionários e autorrelatos, sugerindo a necessidade de considerar a influência de estratégias de autoapresentação e de normas sociais que regulam a expressão simbólica dos estereótipos em contextos de investigação. Por fim, propomos uma análise crítica dos resultados apresentados, incentivando a formulação de novas questões de investigação que considerem as especificidades sociais e culturais do contexto estudado.

Palavras-chave

estereótipos, atitudes intergrupais, preconceito, psicologia social

Introdução

Imagine-se no primeiro dia de aulas de um curso para o qual se inscreveu, mas não conhece nenhuma das outras pessoas participantes. Ao interagir com colegas, talvez comece a levar em consideração fatores como aparência física, gênero, idade, vestimentas e comportamentos. Pode-se supor que algumas dessas pessoas são familiares, mesmo sem conhecê-las a fundo, o que pode influenciar a sua maneira de interagir com elas, criando barreiras ou oportunidades para novas amizades. Em outras palavras, depois de pouco tempo de interação, provavelmente você terá expectativas e impressões iniciais

que decorrem não exatamente dos atributos e características singulares das outras pessoas, mas de crenças preestabelecidas a respeito de como os membros de determinados grupos e categorias sociais costumam ser e agir.

Situações quotidianas como esta guardam relação direta com os estereótipos, já que as nossas maneiras de interagir com os outros costumam ser influenciadas pela tendência de perceber indivíduos como pertencentes a entidades sociais mais amplas (e.g., agregados, categorias e grupos sociais), ao mesmo tempo que, mesmo sem percebermos, fazemos uso de teorias implícitas que compartilhamos sobre os traços e características desses entes sociais (M. Pereira, 2021). Em outros casos, os mesmos processos de categorização e essencialização das características atribuídas a grupos sociais podem estar na base de relações assimétricas de poder e dominação, cujas repercussões são especialmente deletérias para a vida de grupos subalternizados e/ou minoritários (Cabecinhas, 2017; M. Lima, 2020). Está aí um desafio do estudo do tema dos estereótipos: ao mesmo tempo em que podem ser úteis para organizar o ambiente social e facilitar interações satisfatórias com os outros, também podem funcionar como a base cognitiva do preconceito e da discriminação (Pérez-Nebra & Jesus, 2011; Rodrigues et al., 2010).

Os estereótipos são usualmente definidos como crenças socialmente compartilhadas sobre as características, comportamentos e atributos dos membros de diferentes grupos e categorias sociais (Kite & Whitley, 2016). Funcionam como “esquemas ou representações mentais sobre grupos sociais” (Ferreira, 2010, p. 55), que simplificam o mundo social, ajudam a explicar acontecimentos quotidianos, permitem orientar e justificar ações individuais e coletivas, bem como diferenciar o próprio grupo de pertencimento em relação a outros grupos (Allport, 1954/1979; M. Lima, 2020). Em psicologia social, o estudo dos estereótipos tem longa tradição e profunda relação com outros conceitos, alguns dos quais serão discutidos de maneira mais aprofundada em outros capítulos deste livro (e.g., preconceito e discriminação). Depois de aproximadamente um século de investigação na área, o estudo sobre estereótipos sociais continua a ser crucial na compreensão das interações humanas e das dinâmicas societais, ainda que mudanças consideráveis tenham ocorrido ao longo do tempo em aspetos conceituais, metodológicos e de aplicação. Neste capítulo, procederemos a uma breve contextualização histórica desse campo de investigação, desde o início do século XX até à atualidade, ressaltando elementos de mudança e permanência que contribuirão para conferir complexidade e diversidade à investigação psicossocial sobre o tema.

Estereótipos: Origens do Conceito e Aspectos Sociocognitivos

A obra *Public Opinion* (Opinião Pública) de Walter Lippmann, publicada em 1922, inaugurou esta área de estudos, aplicando pela primeira vez o termo “estereótipo” nas ciências sociais. O termo já existia desde 1798, mas o seu uso corrente estava reservado à tipografia, onde designava uma chapa de metal utilizada para produzir cópias repetidas do mesmo padrão (Stroebe & Insko, 1989). O termo também já era usado de forma esporádica nas ciências sociais para denotar algo “fixo” e “rígido”, o que se prende com a origem etimológica da palavra *stereo*, que, em grego, significa “sólido”, “firme”. Nesta obra, o autor analisa o modo como são construídas as imagens da realidade social e de que forma essas imagens são afetadas tanto por fatores internos como externos ao indivíduo. Neste sentido, Lippmann é considerado o fundador da concetualização contemporânea dos estereótipos e do estudo das suas funções psicossociais (e.g., Ashmore & Del Boca, 1981; Marques & Páez, 2000).

Lippmann (1922/1961) salientou a “rigidez” das imagens mentais, especialmente aquelas que dizem respeito a grupos sociais com os quais os indivíduos têm pouco ou nenhum contacto direto. Esta visão dos estereótipos como algo rígido caracterizou grande parte dos estudos posteriores sobre a temática, no entanto, o autor não descuro a possibilidade de mudança dos estereótipos e salientou o carácter criativo da mente humana. Segundo Lippmann (1922/1961), os estereótipos, as “imagens em nossas cabeças”, funcionam como “mapas”, guiando o indivíduo e ajudando-o a lidar com informações complexas. Ao mesmo tempo, são também “defesas” que permitem ao indivíduo proteger os seus valores, seus interesses, suas ideologias, em suma, a sua posição numa rede de relações sociais. Os estereótipos não são o espelho da realidade, mas sim versões hipersimplificadas desta realidade. Os estereótipos nunca são observações neutras e desinteressadas, pois dependem mais do observador do que daquilo que é observado. Como salienta o autor, “na grande confusão e ruído do mundo exterior, percebemos aquilo que já foi previamente definido pela nossa cultura e temos tendência para assimilarmos a realidade de forma estereotipada” (Lippmann, 1922/1961, p. 81). Assim, Lippmann debruça-se sobre a forma como a cultura nos fornece os elementos para “recortar” a realidade em elementos significativos, conferindo-lhe nitidez, distintividade, consistência e estabilidade de significado. O autor reflete sobre as limitações humanas no processamento da informação e sobre a forma como os preconceitos introduzem enviesamentos na seleção, interpretação e uso da informação social (Cabecinhas, 2017).

Na perspetiva de Lippmann (1922/1961), os estereótipos são resultantes de um processo inevitável, inerente à forma como processamos a informação, mas a maior parte dos estudos empíricos realizados até os anos 1950 caracterizaram os estereótipos como um tipo inferior de pensamento, situando-os no domínio do “patológico”: estes seriam projeções de fantasias indesejáveis ou deslocamentos de tendências agressivas de indivíduos com personalidades autoritárias e intolerantes (e.g., Adorno et al., 1950; Rokeach, 1948). Na opinião de Lippmann (1922/1961), diversos fatores contribuem para o carácter falacioso dos estereótipos: a censura nos meios de comunicação social e a falta de contacto direto com os grupos visados (limitações externas); os baixos níveis de atenção, a interferência de preconceitos na interpretação da informação e os interesses e motivações pessoais (limitações internas). Embora a formação de estereótipos seja caracterizada como inevitável pelo autor, suas ideias salientam o papel ativo do indivíduo no processo de construção, já que os estereótipos seriam sempre “seletivos” e “parciais”. Nesta direção, encontramos na sua obra alguns elementos teóricos sobre as funções psicossociais dos estereótipos, desenvolvidas e estudadas empiricamente algumas décadas depois, por Allport (1954/1979), que relacionava explicitamente os estereótipos ao processo de categorização e ao fenómeno do preconceito. Tais aspetos também foram trabalhados por Tajfel (1969), que considerou as funções cognitivas e sociais dos estereótipos no seu modelo explicativo das relações intergrupais.

Relativamente às funções cognitivas, Lippmann (1922/1961) salientava a “economia de esforço” e as necessidades de “definição”, “distinção”, “consistência” e “estabilidade”. No que respeita às funções sociais, o autor enfatizava o papel dos estereótipos na “defesa” dos interesses do indivíduo. Um dos motivos que explicaria o carácter “fixo” dos estereótipos seria precisamente a necessidade do indivíduo de proteger a sua própria definição da realidade: “qualquer perturbação aos estereótipos parece ser um ataque às fundações do universo (...) e, quando coisas tão importantes estão em risco, não admitimos de imediato que existe uma diferença entre o nosso universo e o universo” (Lippmann, 1922/1961, p. 96). É precisamente pelo seu papel na manutenção do sistema de valores do indivíduo e do *status quo* que os estereótipos dificilmente são abalados por informações potencialmente incongruentes: “não há nada mais resistente à educação e às críticas do que o estereótipo. Ele sobrepõe-se aos factos (...). Se aquilo com que nos deparamos

corresponde com sucesso àquilo que havíamos antecipado, o estereótipo é reforçado para o futuro” (Lippmann, 1922/1961, pp. 98–99).

Segundo o autor, quando os estereótipos estão bem sedimentados, a atenção dos indivíduos foca-se nos factos que suportam esses estereótipos, distraíndo-se dos factos que os contradizem. Como enfatizado por Lippmann (1922/1961), o senso comum, na maior parte dos casos, não procura refutar as suas hipóteses, mas sim confirmá-las: “os conceitos que nos chegam do passado não são encarados como hipóteses exigindo prova e contradição, mas como ficções aceites sem questionamento” (pp. 122–123).

Neste sentido, Lippmann faz referência ao que futuramente se veio a designar como “profecias autorrealizáveis”, ou “autoconfirmatórias”, entendidas como predições inicialmente infundadas, que, quando acolhidas, são capazes de evocar comportamentos que fazem a concepção falsa se tornar real (Merton, 1949/1968). As implicações das profecias autorrealizáveis no âmbito dos estereótipos foram amplamente demonstradas por estudos posteriores (e.g., Hamilton, 1979). Em direção similar, investigações experimentais demonstraram um efeito situacional de “ameaça do estereótipo” (Steele & Aronson, 1995), que poderia resultar na diminuição do desempenho de membros de grupos negativamente estereotipados em atividades relacionadas às crenças estabelecidas (M. Pereira, 2017). A “ameaça” refere-se ao medo que o indivíduo tem de confirmar expectativas negativas que recaem sobre si, por pertencer a um grupo negativamente estereotipado, o que faz com que “em certas condições, os estereótipos negativos podem levar os indivíduos que são suas vítimas a adotar condutas que vêm confirmar esses estereótipos” (Deschamps & Moliner, 2008/2014, p. 35).

Quando um membro de determinado grupo age de forma contraditória ao estereótipo, Lippmann (1922/1961) considera que, na maior parte das vezes, este membro passa a ser visto como uma exceção, mantendo-se o estereótipo intacto. Este só é abalado se o indivíduo for flexível ou se a informação incongruente for demasiado impressionante para poder ser ignorada. Estes aspetos viriam a ser estudados algumas décadas mais tarde por Allport (1954/1979) e consistentemente demonstrados por estudos na área da cognição social (e.g., M. Pereira & Dantas, 2023; Tróccoli, 2011). De modo mais amplo, tendências à manutenção de um estado de equilíbrio cognitivo, por meio de estratégias de redução da inconsistência e diminuição da ameaça às crenças preexistentes, foram reconhecidas em alguns trabalhos clássicos da psicologia social (e.g., Festinger, 1957; Heider, 1946).

Ao mesmo tempo em que salientava o caráter rígido dos estereótipos, Lippmann (1922/1961) reconhecia o facto de estes constituírem imagens demasiado “generalizadas” e “exageradas”, que descurem a variabilidade dos membros dos outros grupos e negam a sua individualidade. Este aspeto viria a ser empiricamente demonstrado pelos estudos sobre o “efeito de acentuação” — a tendência para exagerar as semelhanças entre os membros da mesma categoria social e para acentuar as diferenças entre membros de categorias diferentes (Tajfel & Wilkes, 1963) — e sobre o “efeito de homogeneidade do exogrupo” (Quattrone & Jones, 1980) — a tendência de perceber o grupo dos outros (exogrupo) como mais homogêneo do que o grupo de pertença (endogrupo). Neste sentido, hipóteses cognitivas sobre a origem dos estereótipos costumam ressaltar a influência do processo de categorização social, que ocorre quando diferentes indivíduos passam a ser classificados e percebidos em função de um atributo comum, seja uma característica física, um marcador social, racial, de classe, entre outros (M. Pereira, 2013).

Entretanto, diferentemente do que ocorre quando objetos são classificados, a categorização social mobiliza um sistema de categorias do qual os indivíduos fazem parte. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que simplifica e facilita a organização do ambiente social, esse processo não é neutro e contribui para dar sentido às relações de identificação

e diferenciação grupal, sendo muitas vezes acompanhado de vieses que favorecem o próprio grupo de pertença (Deschamps & Moliner, 2008/2014). Posteriormente, foi demonstrado que estes enviesamentos perceptivos não são simétricos ou universais, mas estão dependentes do contexto e da estrutura das relações entre os grupos, sendo o efeito de homogeneidade do exogrupo observado com maior intensidade nos membros dos grupos dominantes do que nos membros dos grupos minorizados (e.g., Cabecinhas, 2017; Lorenzi-Cioldi, 1998).

Lippmann (1922/1961) debruçou-se, ainda, sobre o poder dos “rótulos” e os seus efeitos nefastos na percepção das pessoas: “são demasiado vazios, demasiado abstractos, demasiado desumanos” (p. 160). Na perspetiva do autor, só uma longa educação crítica – o “remédio supremo” – permitiria aos indivíduos tomarem consciência do caráter diferido e subjetivo da respetiva apreensão da realidade social. Lippmann (1922/1961) sublinha que nenhum ser humano é “omnipresente e omnisciente”, ou seja, todos possuímos estereótipos, uma vez que “inevitavelmente as nossas opiniões cobrem um espaço, um tempo e uma variedade de aspetos que não podemos observar diretamente” (p. 79). Esta conceção sobre a inevitabilidade dos estereótipos, porque inerentes ao funcionamento cognitivo normal, só começou a ser sistematicamente analisada pelas investigações experimentais sobre os efeitos da categorização social (e.g., Bruner, 1957).

Conforme apresentado até aqui, a obra de Walter Lippmann representou um marco inicial no estudo dos estereótipos, introduzindo noções fundamentais sobre a sua rigidez e inevitabilidade na construção da realidade social. O autor destacou que os estereótipos funcionam como mapas mentais que ajudam a lidar com a complexidade da informação, mas também como defesas que protegem os valores e interesses dos indivíduos. Ele enfatizou a seletividade e a parcialidade dos estereótipos, evidenciando como são mantidos mesmo diante de informações contraditórias. Estudos subsequentes expandiram suas ideias, investigando as funções cognitivas e sociais dos estereótipos e os seus efeitos nas relações intergrupais e na vida de grupos estigmatizados. Apesar do caráter inovador das ideias de Lippmann, muitas delas foram negligenciadas pela grande maioria das investigações efetuadas nas três décadas seguintes sobre estereótipos. Ao longo do tempo, novos modelos teóricos e abordagens metodológicas foram desenvolvidos e a continuidade dessa linha de pesquisa explorou ainda mais as interações entre estereótipos, cultura e ideologia, analisando como os contextos socioculturais e políticos moldam a formação e a perpetuação dos estereótipos.

Estereótipos Sociais e Atitudes Intergrupais

Pouco depois da publicação da obra de Lippmann, ainda na década de 1920, surgem os primeiros estudos empíricos sobre os estereótipos sociais nos Estados Unidos. Trata-se de uma época caracterizada por um grande fluxo migratório de grupos de origem asiática e europeia para os Estados Unidos da América, sendo frequentes notícias de imprensa pouco favoráveis relativamente a estes grupos. Assim, os investigadores desenvolveram escalas para medir as atitudes face a diversas minorias raciais e étnicas, pressupondo que os resultados obtidos nos questionários seriam bons preditores dos comportamentos face a essas minorias. O conceito de “atitude” se refere a “avaliações globais em relação a um objeto que compreendem sentimentos positivos ou negativos, crenças e disposições comportamentais” (T. Lima et al., 2023, p. 175). No âmbito das relações intergrupais, as atitudes são entendidas como avaliações e respostas emocionais diante de um grupo social como um todo ou das pessoas que fazem parte desse grupo (Kite & Whitley, 2016). Neste contexto, considerando que os estereótipos possuem alguma carga avaliativa (Deschamps & Moliner, 2014), a relação entre os dois conceitos se estabeleceu consistentemente já a partir dos anos 1920 (M. Pereira, 2021), período em

que os estereótipos foram considerados em estudos sobre as atitudes e suas formas de mensuração (e.g., Thurstone, 1928a, 1928b).

Bogardus (1928) estudou as “atitudes raciais” dos “americanos” a partir de uma “escala de distância social” (Bogardus, 1933). Os participantes (estadunidenses brancos) deveriam indicar as suas atitudes face a diversos grupos raciais, étnicos e religiosos (por exemplo: franceses, indianos, judeus, chineses, ingleses, negros, etc.), numa escala de sete pontos, ordenados da menor distância à maior distância social: “casaria com um membro deste grupo”; “aceitaria como amigo íntimo”; “aceitaria como vizinho do lado”; “aceitaria como colega de escritório”; “aceitaria como conhecido”; “apenas como turista no país”; “exclui-los-ia do país” (cf. M. Lima, 2000). O estudo revelou que os participantes rejeitavam, sobretudo, os grupos de origem asiática e africana, preferindo os imigrantes de origem europeia, principalmente os anglo-saxónicos e os nórdicos. Esta hierarquização dos grupos estava em consonância com os estudos do chamado “racismo científico”, realizados no século XIX e início do século XX, testemunhando o caráter normativo do racismo nesse período nos Estados Unidos da América e na Europa. Para o autor, a abordagem da distância social seria uma forma de sociometria centrada nas relações pessoa-grupo, buscando conhecer mais da realidade humana por meio de reações afetivas e sentimentos, algo útil para antecipar conflitos intergrupais e desenvolver processos de cooperação e “assimilação” (Bogardus, 1947).

No início da década de 1940, Hartley (1946) efetuou um estudo sobre o preconceito em relação a 49 grupos-alvo, utilizando a escala de Bogardus. Para além dos grupos-alvo considerados no estudo precedente, Hartley averiguou o preconceito em relação a grupos políticos e a três grupos fictícios: Danarean, Pirenean e Wallonian. Os participantes manifestaram maior distância social face a grupos políticos “extremistas”, logo seguidos dos grupos “étnicos” minoritários — judeus, negros, turcos, árabes, chineses, hindus, mexicanos, imigrantes da Europa de Leste (romenos, russos, lituanos, etc.), e imigrantes da Europa Mediterrânea (gregos, italianos e portugueses). Mais uma vez, os imigrantes anglo-saxónicos e nórdicos (irlandeses, ingleses, alemães, dinamarqueses, etc.) obtiveram resultados indicadores de menor distância social, e o grupo de pertença foi o único a ocupar o topo da escala. O aspeto mais curioso deste estudo é que os três grupos fictícios obtiveram resultados idênticos aos dos grupos étnicos considerados “indesejáveis”, isto é, a simples evocação de um grupo desconhecido levou os participantes a rejeitar esses grupos. Tais resultados demonstram que o preconceito não está diretamente ligado ao nível de conhecimento dos grupos-alvo em causa e são indicadores do caráter normativo da discriminação social nesta época, já que os participantes não hesitaram em discriminar com base num simples rótulo evocativo de minoria étnica (Cabecinhas, 2017).

Apesar das críticas ao uso de questionários, esse foi, sem dúvida, o instrumento de pesquisa mais popular no estudo dos estereótipos, pelo menos até aos anos 1980. O método mais utilizado foi o da “lista de adjetivos”, desenvolvido por Katz e Braly (1933). Os autores construíram uma lista de 84 traços de personalidade, selecionados a partir da imprensa e da literatura da época ou fornecidos por uma amostra de 100 estudantes universitários (estadunidenses brancos¹) nas descrições de diversos grupos. Katz e Braly

1 Apesar de não ser explicitada a categorização racial dos participantes como “brancos”, diversas passagens do estudo permitem inferir que o rótulo “americanos” foi tratado como equivalente a estadunidenses brancos, o que fica evidenciado, por exemplo, com a especificação da categoria “negros” como forma de alteridade racial para o grupo de pertença dos participantes (“americanos”). A constatação de que tratamento similar foi dado às categorias “americanos” e “negros” em pesquisas posteriores pode ser indicativa da centralidade normativa ocupada pela população branca, em detrimento de um “outro” racializado e marginalizado, que tende a ser percebido pelo grupo dominante como não pertencente ao mesmo território e grupo nacional (ver Kilomba, 2019).

(1933) pediram a uma outra amostra de 100 estudantes universitários para selecionarem os cinco traços mais típicos de cada um de 10 grupos-alvo: alemães, “americanos”, chineses, ingleses, irlandeses, italianos, japoneses, judeus, “negros”² e turcos. Os “americanos” (referindo-se a estadunidenses brancos) foram considerados pelos participantes como empreendedores, inteligentes, materialistas, ambiciosos e progressistas, enquanto os “negros” foram considerados supersticiosos, preguiçosos, despreocupados, ignorantes e musicais. Assim, os estadunidenses brancos atribuíram ao grupo de pertença características positivas, consonantes com o chamado “sonho americano”. Em contrapartida, aos “negros”, turcos e chineses foram atribuídas características negativas que contrariavam os valores dominantes da sociedade estadunidense, justificando assim a sua exclusão social. Outro aspeto importante ressalta dos resultados: o estereótipo sobre os “negros” é muito mais uniforme do que o estereótipo sobre os “americanos”, sendo relativamente a este grupo que existe menor consenso entre os participantes. Assim, mais uma vez se verifica que o elevado consenso dos estereótipos não está ligado ao maior nível de contacto com os grupos-alvo em causa, já que os estudantes em questão tinham pouco ou nenhum contacto direto com os grupos sobre os quais havia maior consenso.

Katz e Braly (1933, 1935) consideram os estereótipos como um fenómeno sociocultural relacionado às atitudes. Para os autores, os estereótipos são crenças transmitidas pelos agentes de socialização, o que explica o grau de consenso face aos diversos grupos sociais, a sua independência do conhecimento “real” dos membros desses grupos e a sua dependência do contexto histórico e cultural. Neste contexto, argumentam que as atitudes diante de grupos são, em boa parte, atitudes diante de rótulos (categorias), que ativam estereótipos existentes nos padrões culturais dominantes (Katz & Braly, 1933).

Uma réplica do estudo de Katz e Braly, realizada depois da Segunda Guerra Mundial na mesma universidade (Gilbert, 1951), indicou um declínio na consistência dos estereótipos face a certas minorias, nomeadamente os “negros” e os “judeus”. Este declínio foi atribuído, entre outros fatores, à difusão de imagens mais tolerantes desses grupos nos meios de comunicação de massa e a uma maior popularidade das ciências sociais entre os estudantes. Segundo Gilbert (1951), os estudantes tornaram-se mais “sofisticados” e “objetivos”, tendo relutância em efetuar generalizações infundadas acerca de outros grupos. Réplicas realizadas por outros autores noutros locais na década de 1950 pareciam confirmar o declínio dos estereótipos, mostrando que estes não eram “rígidos”, mas “flexíveis”, isto é, sensíveis às mudanças sociais ocorridas depois da Segunda Guerra Mundial.

Contudo, uma segunda réplica do mesmo estudo, realizada nos finais dos anos 1960, também na Universidade de Princeton (Karls et al., 1969), produziu resultados decepcionantes para os investigadores. Embora o conteúdo de alguns estereótipos tivesse sofrido alterações e se apresentasse globalmente mais positivo, aos “americanos” e aos grupos de origem europeia continuavam a ser associados atributos de grande desejabilidade

2 Parece relevante notar que entre os rótulos utilizados no estudo de Katz e Braly (1933) foram incluídas categorias étnicas e identidades nacionais específicas. Por outro lado, também foi incluída a categoria “negros” (Negroes, no original), como um rótulo para fazer referência à população originária do continente africano. O termo escolhido pelos autores, que atualmente é reconhecido nos Estados Unidos da América como associado a práticas linguísticas racistas (e.g., Nascimento, 2019), pode ter sido utilizado como forma de contemplar alguma dimensão das relações raciais daquele contexto histórico e geográfico. De todo modo, em uma situação de pesquisa com ampla variedade de categorias nacionais, chama a atenção não terem sido consideradas também as diferentes identidades nacionais africanas, além da ausência de outras categorias raciais, como o próprio grupo dos “brancos”, dominante naquele contexto. Mais do que uma questão metodológica passível de discussão, a observação parece ilustrar a reprodução do efeito de homogeneização do exogrupo e, mais concretamente, de homogeneização do grupo minorizado (Cabecinhas & Amâncio, 1999), decorrentes das assimetrias de poder ou estatuto social.

social, enquanto aos grupos de origem africana e asiática continuavam a ser associados atributos socialmente indesejáveis. Contrariando a tendência observada nos anos 1950, verificou-se um incremento da consistência dos estereótipos face a algumas minorias étnicas. Em contrapartida, o estereótipo dos “americanos” foi o que apresentou menor consistência, confirmando os resultados dos anos 1930.

No que respeita ao estereótipo dos “negros”, os autores fazem a seguinte observação: “A tendência mais dramática e consistente nos últimos 25 anos foi uma caracterização mais favorável dos negros” (Karlins et al., 1969, p. 8). No entanto, se analisarmos o conteúdo desses estereótipos à luz dos valores da sociedade ocidental, constatamos que esta “nova imagem” dos negros (“musicais”, “amantes do prazer”, “ostensivos” e “despreocupados”) corresponde mais a uma mudança facial do que profunda. Ao mesmo tempo em que não são reconhecidas ao grupo as características instrumentais necessárias para participarem ativamente no desenvolvimento da sociedade, são atribuídas aos seus membros características expressivas e exóticas, que, embora sejam superficialmente apresentadas com uma conotação positiva, retira-lhes o estatuto de pessoa adulta, responsável e com capacidade de realização (Cabecinhas, 2017). No Brasil, mudanças análogas no conteúdo dos estereótipos associados a pessoas negras foram identificadas por M. Lima e Vala (2004), que compararam resultados de pesquisas realizadas em 1950 e 2001. Em lugar de “supersticiosos”, “preguiçosos” e “estúpidos”, os traços mais consensuais no último período foram “alegres”, “musicais”, “atléticos ou fortes”. De salientar que este padrão de resultados continua a ser encontrado hoje em dia e a manifestar-se de forma acutilante nas imagens que circulam nos média (e.g., A. Pereira et al., 2020).

No estudo realizado por Karlins et al. (1969), constatou-se, mais uma vez, que o grau de consenso dos estereótipos sobre determinado grupo não está diretamente ligado ao grau de preconceito exibido em relação a esse grupo. Comparando os seus resultados com os de Gilbert (1951), os autores salientam: “o aparente ‘esbatimento’ dos estereótipos sociais em 1951 não é uma tendência geral genuína. (...) Um aspeto destes dados que continua impressionante é o grau de semelhança existente entre velhos e novos estereótipos” (Karlins et al., 1969, p. 14). Nesta direção, os autores salientam que o conteúdo dos “novos estereótipos” é mais consistente com as “atitudes mais liberais” da sociedade estadunidense, como demonstrado em diversos estudos nos anos 1960. A este propósito, os autores citam Triandis e Vassiliou (1967): “já não é apropriado ser preconceituoso em relação a outros grupos” (p. 238). Isso não significa que o preconceito tenha desaparecido, pois, como os próprios autores salientam, alguns dos resultados obtidos “são demasiado bons para ser verdade” (Karlins et al., 1969, p. 11).

Os resultados de um estudo realizado por Sigall e Page (1971) são bem elucidativos das pressões normativas que deram origem aos chamados “novos racismos” ou, ao menos, às novas teorias sobre a expressão do preconceito e do racismo (M. Lima & Vala, 2004), tema discutido de maneira mais aprofundada em outro capítulo deste livro. Sigall e Page (1971) complementaram o uso da tradicional lista de adjetivos com uma manipulação experimental. Numa das condições, os participantes respondiam simplesmente a um questionário (condição controlo) e na outra condição respondiam ao mesmo questionário, mas eram informados que o experimentador detinha uma medida fisiológica infalível capaz de medir a atitude, uma espécie de “detetor de mentiras” (condição *bogus pipeline*). Os autores compararam os estereótipos dos participantes (estadunidenses brancos) face às categorias “americanos” e “negros”, nas duas condições de resposta. Verificou-se que na condição *bogus pipeline* (em que os participantes estavam ligados ao suposto detetor de mentiras), o estereótipo relativo aos “americanos” era mais favorável e o relativo aos “negros” mais desfavorável do que na condição controlo, isto é, o favoritismo pelo grupo de pertença aumentou quando os participantes julgavam que a sua “verdadeira atitude” estava a ser medida através de um instrumento infalível. Sigall e Page (1971) interpretaram

os resultados da condição *bogus pipeline* como “relativamente livre de distorções, mais honestos e mais ‘verdadeiros’ do que na condição de avaliação em escalas” (p. 254), o que sugere que os estudos com base na lista de adjetivos, sobretudo aqueles realizados a partir do momento em que se tornou contranormativo discriminar, subestimam os estereótipos negativos e o preconceito.

Estereótipos, Normas Sociais e Expressão do Preconceito

Numa revisão sobre as mudanças ocorridas na expressão dos estereótipos relativamente a pessoas negras, Dovidio e Gaertner (1991) afirmam: “os estudos de lista de verificação de adjetivos, nos quais os respondentes são solicitados a selecionar traços que são mais típicos de categorias raciais e étnicas específicas, indicam que os estereótipos negativos sobre os negros estão em consistente declínio” (p. 120). De todo modo, os autores salientam que a evolução observada no conteúdo e na consistência dos estereótipos pode decorrer de uma maior sensibilidade às normas sociais de antidiscriminação, sem que isso represente uma verdadeira mudança. Contudo, esta interpretação de caráter normativo é recusada por autores da perspectiva da cognição social, que interpretam estes resultados estabelecendo uma clara distinção entre crenças pessoais e estereótipos culturais (e.g., Devine, 1989; Devine & Elliot, 1995).

Nos anos 1990 fez-se uma nova réplica do estudo de Katz e Braly (1933). Tendo como ponto de partida a mesma lista de adjetivos, Devine e Elliot (1995) introduziram algumas alterações no procedimento com vista a colmatar algumas “falhas metodológicas” dos estudos precedentes: introduziram novos adjetivos com o objetivo de atualizar a referida lista (“atletico”, “criminoso”, “hostil”, “pouco inteligente”, “pobre”, “rítmico”, “sexualmente perverso”, “não educado” e “violento”); os participantes responderam duas vezes à referida lista de adjetivos, uma vez tendo em conta as suas “crenças pessoais” e outra partindo dos “estereótipos culturais” (efetuadas em ordem contrabalançada), e, por último, à escala de racismo moderno (MRS), de McConahay (1986). Conforme sintetizam M. Lima e Vala (2004), o racismo moderno expressa crenças de que já não há discriminação racial, pois os negros poderiam competir igualmente pelos recursos económicos, ao mesmo tempo em que eles teriam recebido mais atenção institucional do que deveriam, bem como auferido ganhos demasiadamente rápidos e não merecidos, o que violaria valores de igualdade e liberdade acolhidos pela população estadunidense. Comparando as respostas dos participantes nas condições de medida de “estereótipo cultural” e de “crença pessoal”, Devine e Elliot (1995) salientam:

em contraste com a proposição comumente aceite dos estereótipos em declínio, os dados sugerem que existe um estereótipo negativo e consistente em relação aos negros. (...) O estereótipo tem permanecido através dos anos (em consistência e valência, apesar de não necessariamente em conteúdo específico), enquanto as crenças pessoais têm sido sujeitas a revisões. (pp. 1139–1141)

Na perspectiva dos autores, enquanto o “estereótipo cultural” sobre as pessoas negras é consistente e muito negativo, as crenças pessoais são muito mais positivas, especialmente as crenças pessoais dos participantes que demonstram uma atitude favorável na MRS. Segundo os autores, a comparação dos resultados obtidos pelos participantes muito e pouco preconceituosos na MRS apoia o modelo dissociativo de Devine (1989), segundo o qual “tanto indivíduos com alto como com baixo preconceito possuem o mesmo estereótipo dos negros, mas o estereótipo só é seguido pelos primeiros” (Devine & Elliot, 1995, p. 1145). No entanto, em determinadas circunstâncias (por

exemplo, nas situações de “sobrecarga de informação”), pode haver uma “contaminação mental” pelos estereótipos, levando os indivíduos não preconceituosos a ser influenciados por estes. Tendo sido aprendidos ao longo do processo de socialização, os estereótipos estariam armazenados na memória, interferindo nos processos cognitivos dos indivíduos, a não ser que estes estejam permanentemente vigilantes para evitar uma potencial “contaminação”.

Na nossa perspectiva, esta interpretação, baseada na separação entre “crenças pessoais” e “estereótipos culturais”, não se coaduna com a conceptualização dos estereótipos sociais enquanto elementos ou conteúdos de “representações sociais” (Moscovici, 1988). Entendemos que os resultados de diversos estudos indicando crenças pessoais mais positivas do que os estereótipos culturais (e.g., Devine & Elliot, 1995; Vala, 1999), assim como os estudos que indicam que as pessoas geralmente se consideram menos preconceituosas do que a média das pessoas do seu grupo de pertença, podem ser interpretados como uma manifestação do efeito *Primus Inter Pares* (Codol, 1975). Conhecendo as normas sociais de não discriminação, os indivíduos tendem a apresentar-se de forma mais consonante com essas normas do que os restantes membros da sociedade em que se encontram, o que consiste numa forma de obter distintividade pessoal através da adesão a normas socialmente valorizadas. Neste sentido, parece ser uma característica comum às “novas” formas de expressão do preconceito a articulação entre a proteção do autoconceito (vinculada a estratégias de autoapresentação positiva) e a intenção de não ferir as normas que costumam ser mantidas em contextos de valorização da democracia e do igualitarismo (M. Lima & Vala, 2004).

A articulação entre preconceitos, estereótipos e normas sociais precisa ser considerada no âmbito dos processos psicossociais de exclusão (e.g., Jodelet, 2013), em que dinâmicas culturais e simbólicas específicas do contexto interferem na génese e na manutenção de distintos problemas sociais. A influência do luso-tropicalismo no pensamento social brasileiro³, por exemplo, tratou de atenuar a história de violência associada à miscigenação (Carone, 2014), ao mesmo tempo em que fomentou a chamada “ideologia da democracia racial”, que, orientada por uma lógica de supremacia branca, justifica as desigualdades estruturais e a marginalização das populações negra e indígena do país com explicações para o sucesso baseadas no mérito e esforço individual (Melo & Schucman, 2022). Em outras palavras, o discurso da meritocracia serve simultaneamente como base ideológica da negação do racismo e da legitimação da hegemonia branca em relações de poder e dominação social (Almeida, 2018).

Em um trabalho sobre racismo e sexismo na cultura brasileira, Lélia Gonzalez (1984) questiona:

por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (p. 238)

Uma síntese provocadora desse “racismo à brasileira” é apresentada pela autora e ilustra bem a permanência de estereótipos racistas em discursos supostamente igualitários:

racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (Gonzalez, 1984, p. 226)

3 Em Portugal, esta influência foi e é muito importante (Castelo, 1999; Valentim & Heleno, 2018).

Conforme é possível depreender até aqui, o campo de estudos dos estereótipos coloca em evidência a influência de processos cognitivos, afetivos, sociais, ideológicos, entre outros, que são materializados em práticas linguísticas e comunicativas cujo conteúdo simbólico é de fundamental importância para compreendê-los. Fiske et al. (2002) desenvolveram um modelo que designaram como “modelo do conteúdo dos estereótipos” (*stereotype-content model*). Segundo este modelo, as crenças estereotípicas tendem a organizar-se segundo duas dimensões fundamentais (competência e simpatia), sendo possível prever os traços estereotípicos de um exogrupo a partir de dois fatores: o estatuto social atribuído e a natureza das relações intergrupais percebidas (cooperação vs. competição). Em um dos estudos do grupo (Cuddy et al., 2009), pediu-se a participantes de vários países europeus para caracterizar o seu próprio país e outros países europeus. Sem surpresas, os alemães e ingleses foram considerados “competentes”, mas “antipáticos” e “frios”, enquanto os povos do sul da Europa (e.g., Portugal, Itália, Grécia, Espanha), foram considerados “calorosos”, “simpáticos”, mas “incompetentes”. Finalmente, o modelo conhecido como *BIAS map* (Cuddy et al., 2007) corresponde a uma extensão do modelo do conteúdo dos estereótipos, integrando também as emoções associadas aos estereótipos (para uma revisão dos estudos recentes efetuados no âmbito destes modelos, ver Marques et al., 2017). Este modelo apresenta numa outra linguagem algo que já havia sido evidenciado em numerosos estudos anteriores: o impacto das assimetrias de poder e da natureza das relações intergrupais na atribuição de traços de expressividade e de instrumentalidade a determinados grupos sociais (Amâncio, 1994; Cabecinhas, 2002).

Neste sentido, a análise dos conteúdos de estereótipos sociais tem demonstrado consistentemente que a atribuição de traços aparentemente positivos pode servir à manutenção de relações de subordinação (Brown, 1995/2010; Cabecinhas, 2017). Por exemplo, representar pessoas negras como fortes, atléticas, musicais e alegres reforça a definição de posições sociais pouco valorizadas e/ou associadas ao trabalho braçal (M. Lima & Vala, 2004). Para Nkosi (2014), estereótipos de pseudo-valorização do negro expressam hierarquias sociais fundamentadas na cisão entre corpo e mente, típica da modernidade colonial e da divisão ocidental do trabalho. O branco seria alçado à condição de humano “universal”, baseado no referencial europeu de razão, civilização, cultura, e por aí adiante, ao mesmo tempo em que os “outros” seriam marcados pela sua corporeidade:

tende-se a esperar que o negro seja sempre *superdotado* de habilidades corporais diversas como dança, futebol, força física e outras atividades relacionadas à virilidade típica dos criados supermasculinos. Dificilmente, quando queremos eleger atributos positivos aos negros ou aos africanos, conseguimos ultrapassar essas prerrogativas racializadas criadas pela sociedade colonial. (Nkosi, 2014, p. 81)

Investigações em psicologia social demonstraram como os estereótipos podem servir a processos de desumanização de determinados “outros”, seja pela negação do que é considerado tipicamente humano em relação a outros animais (e.g., civilidade, refinamento, sensibilidade moral, racionalidade, maturidade e complexidade emocional), ou pela negação daquilo que distingue seres humanos de máquinas (e.g., responsividade emocional, calor emocional nas relações, abertura cognitiva, autonomia e profundidade; Haslam, 2006). Pesquisas sobre os estereótipos associados a povos indígenas e ciganos no Brasil, por exemplo, demonstram como os conteúdos que enfatizam a “natureza” (proximidade com o mundo animal), em detrimento da cultura (proximidade com traços tipicamente humanos), podem ser reveladores de processos de desumanização (M. Lima et al., 2016, p. 220).

Considerações Finais

Sem qualquer pretensão de esgotar a discussão sobre as complexas e multifacetadas relações entre estereótipos, processos cognitivos e cultura, a nossa apresentação buscou contextualizar alguns aspetos teóricos e metodológicos que serviram ao desenvolvimento de questões de pesquisa em psicologia social. Indicamos origens do conceito de estereótipos e salientamos a sua relação com funções e processos cognitivos, mas também o seu papel em dinâmicas interpessoais, intergrupais e ideológicas. Do ponto de vista metodológico, chamamos a atenção para a predominância de medidas baseadas em questionários e autorrelato, mas também indicamos algumas das suas limitações, sobretudo quando são consideradas as estratégias de autoapresentação e a influência de normas sociais antipreconceito. Por fim, buscamos oferecer reflexões e interpretações críticas diante dos resultados das pesquisas apresentadas, buscando estimular a formulação de questões de pesquisa sobre estereótipos de maneira sensível às características sociais e culturais do contexto estudado. Nos capítulos seguintes serão exploradas as discussões acerca dos processos de diferenciação interpessoal e intergrupar e o modo como as assimetrias, materiais e simbólicas, influenciam nas relações entre diferentes grupos e no processo de constituição identitária dos indivíduos.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2025-2029, referência UID/00736/2025, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. e foi elaborado no âmbito do projeto *MigraMediaActs – Migrações, Media e Ativismos em Língua Portuguesa: Descolonizar Paisagens Mediáticas e Imaginar Futuros Alternativos* (PTDC/COM-CSS/3121/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. Harpers.
- Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice (25th anniversary)*. Addison-Wesley Pub. (Trabalho original publicado 1954)
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Afrontamento.
- Ashmore, R. D., & Del Boca, F. K. (1981). Conceptual approaches to stereotypes and stereotyping. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 1–35). Erlbaum.
- Bogardus, E. S. (1928). *Immigration and race attitudes*. Heath.
- Bogardus, E. S. (1933). A social distance scale. *Sociology & Social Research*, 17, 265–271.
- Bogardus, E. S. (1947). Measurement of personal-group relations. *Sociometry*, 10(4), 306–311. <https://doi.org/10.2307/2785570>
- Brown, R. (2010). *Prejudice: Its social psychology* (2.^a ed.). Wiley-Blackwell. (Trabalho original publicado em 1995)
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64(2), 123–152. <https://doi.org/10.1037/h0043805>

- Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In J. A. B. de Miranda & J. F. Silveira (Eds.), *As ciências da comunicação na viragem do século: Actas* (pp. 407–418). Vega. <https://hdl.handle.net/1822/1599>
- Cabecinhas, R. (2017). *Preto e branco: A naturalização da discriminação racial*. Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/37335>
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58(1), 40–50. <https://doi.org/10.1024//1421-0185.58.1.40>
- Carone, I. (2014). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In I. Carone & M. A. S. Bento (Eds.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 13–23). Vozes.
- Castelo, C. (1999). “O modo português de estar no mundo”: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–61). Afrontamento.
- Codol, J.-P. (1975). On the so-called ‘superior conformity of the self’ behavior: Twenty experimental investigations. *European Journal of Social Psychology*, 5(4), 457–501. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420050404>
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2007). The BIAS map: Behaviors from intergroup affect and stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92(4), 631–648. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.92.4.631>
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., Kwan, V. S. Y., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J., Bond, M. H., Croizet, J., Ellemers, N., Sleeboos, E., Htun, T. T., Kim, H., Maio, G., Perry, J., Petkova, K., Todorov, V., Rodríguez-Bailón, R., Morales, E., Moya, M., ... Ziegler, R. (2009). Stereotype content model across cultures: Towards universal similarities and some differences. *British Journal of Social Psychology*, 48(1), 1–33. <https://doi.org/10.1348/014466608X314935>
- Deschamps, J.-C., & Moliner, P. (2014). *A identidade em psicologia social: Dos processos identitários às representações sociais* (L. M. E. Orth, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 2008)
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5–18. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.56.1.5>
- Devine, P. G., & Elliot, A. J. (1995). Are racial stereotypes really fading? The Princeton trilogy revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21(11), 1139–1150. <https://doi.org/10.1177/01461672952111002>
- Dovidio, J. F., & Gaertner, S. L. (1991). Changes in the expression and assessment of racial prejudice. In H. J. Knopke, R. J. Norrell, & R. W. Rogers (Eds.), *Opening doors: Perspectives on race relations in contemporary America* (pp. 119–148). University of Alabama Press.
- Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), 51–64. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford University Press.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 878–902. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.82.6.878>
- Gilbert, G. M. (1951). Stereotype persistence and change among college students. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46(2), 245–254. <https://doi.org/10.1037/h0053696>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2(1), 223–244.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive–Attributional analysis of stereotyping. *Advances in Experimental Social Psychology*, 12, 53–84. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60259-2](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60259-2)
- Hartley, E. L. (1946). *Problems in prejudice*. King’s Crown Press.
- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An integrative review. *Personality and Social Psychology Review*, 10(3), 252–264. https://doi.org/10.1207/s15327957pspr1003_4
- Heider, F. (1946). Attitudes and cognitive organization. *The Journal of Psychology*, 21(1), 107–112. <https://doi.org/10.1080/00223980.1946.9917275>

- Jodelet, D. (2013). Os processos psicossociais da exclusão. In B. Sawaia (Ed.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 55–68). Vozes.
- Karlins, M., Coffman, T. L., & Walters, G. (1969). On the fading of social stereotypes: Studies in three generations of college students. *Journal of Personality and Social Psychology*, 13(1), 1–16. <https://doi.org/10.1037/h0027994>
- Katz, D., & Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28(3), 280–290. <https://doi.org/10.1037/h0074049>
- Katz, D., & Braly, K. W. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 30(2), 175–193. <https://doi.org/10.1037/h0059800>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (J. Oliveira, Trad.). Editora Cobogó.
- Kite, M. E., & Whitley, B. E. (2016). *Psychology of prejudice and discrimination*. Routledge.
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Blucher. <https://doi.org/10.5151/9786555500127>
- Lima, M. E. O., Faro, A., & Santos, M. R. (2016). A desumanização presente nos estereótipos de índios e ciganos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 219–228. <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012053219228>
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401–411. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- Lima, M. L. (2000). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 187–225). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, T. J. S., Souza, L. E. C. de, & Modesto, J. G. (2023). Atitudes. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 171–202). Blucher. <https://doi.org/10.5151/9786555502046-04>
- Lippmann, W. (1961). *Public opinion*. Free Press. (Trabalho original publicado 1922)
- Lorenzi-Cioldi, F. (1998). Group status and perceptions of homogeneity. *European Review of Social Psychology*, 9(1), 31–75. <https://doi.org/10.1080/14792779843000045>
- Marques, J. C. M., & Páez, D. (2000). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 333–386). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marques, J. C. M., Páez, D., & Pinto, I. R. (2017). Estereótipos: Antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 435–492). Fundação Calouste Gulbenkian.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the Modern Racism Scale. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 91–125). Academic Press.
- Melo, W. C., & Schucman, L. V. (2022). Mérito e mito da democracia racial. *Revista Espaço Acadêmico*, 21, 14–23.
- Merton, R. K. (1968). *Sociologia – Teoria e estrutura*. Mestre Jou. (Trabalho original publicado 1949)
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Nascimento, G. (2019). *Racismo linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Letramento.
- Nkosi, D. F. (2014). O pênis sem o falo: Algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In E. A. Blay (Ed.), *Feminismos e masculinidades: Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 75–104). Cultura Acadêmica.
- Pereira, M. E. (2013). Cognição social. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 191–259). Technopolitik.
- Pereira, M. E. (2017). O experimento na psicologia social: Sobre a pesquisa experimental em um meio relativista. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 156–164.
- Pereira, M. E. (2021). *Estereótipos*. Amazon Kindle Publishing.

- Pereira, M. E., & Dantas, G. S. (2023). Cognição social. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio, & L. Camino (Eds.), *Psicologia social: Temas e teorias* (3.^a ed., rev. e ampl.; pp. 121–170). Blucher Open Access.
- Pereira, A. C., Sales, M. & Cabecinhas, R. (Eds.). (2020). (In)visibilidades: Imagem e racismo. *Vista – Revista de Cultura Visual*, (6), 9–19. <https://doi.org/10.21814/vista.3054>
- Pérez-Nebra, A. R., & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 219–237). Artmed.
- Quattrone, G. A., & Jones, E. E. (1980). The perception of variability within in-groups and out-groups: Implications for the law of small numbers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38(1), 141–152. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.38.1.141>
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2010). *Psicologia social*. Vozes.
- Rokeach, M. (1948). Generalized mental rigidity as a factor in ethnocentrism. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 43(3), 259–278. <https://doi.org/10.1037/h0056134>
- Sigall, H., & Page, R. (1971). Current stereotypes: A little fading, a little faking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 18(2), 247–255. <https://doi.org/10.1037/h0030839>
- Steele, C. M., & Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(5), 797–811. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.69.5.797>
- Stroebe, W., & Insko, C. A. (1989). Stereotype, prejudice, and discrimination: Changing conceptions in theory and research. In D. Bar-Tal, C. F. Graumann, A. W. Kruglanski, & W. Stroebe (Eds.), *Stereotyping and prejudice* (pp. 3–34). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4612-3582-8_1
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, XXV(4), 79–97. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1969.tb00620.x>
- Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology*, 54(2), 101–114. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1963.tb00865.x>
- Thurstone, L. L. (1928a). An experimental study of nationality preferences. *The Journal of General Psychology*, 1(3–4), 405–425. <https://doi.org/10.1080/00221309.1928.9918018>
- Thurstone, L. L. (1928b). Attitudes can be measured. *American Journal of Sociology*, 33(4), 529–554. <https://doi.org/10.1086/214483>
- Triandis, H. C., & Vassiliou, V. (1967). Frequency of contact and stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 7(3, Pt.1), 316–328. <https://doi.org/10.1037/h0025077>
- Tróccoli, B. (2011). Cognição social. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 79–99). Artmed.
- Vala, J. (Ed.). (1999). *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Celta Editora.
- Valentim, J. P., & Heleno, A. M. (2018). Luso-tropicalism as a social representation in Portuguese society: Variations and anchoring. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, 34–42. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.04.013>

Material Suplementar

A lista de materiais audiovisuais apresentada foi pensada para complementar o estudo da psicologia social dos estereótipos, oferecendo exemplos que ajudam a refletir sobre os processos cognitivos, afetivos, sociais e ideológicos envolvidos na criação, manutenção e transformação dos estereótipos.

Olhos Azuis (1996, Jane Elliott): Baseado em experiências da professora e socióloga Jane Elliott sobre racismo e discriminação, em que participantes são divididos segundo a cor dos olhos, o documentário evidencia como processos de categorização social podem relacionar-se com dinâmicas intergrupais de homogeneização do exogrupo, favorecimento do endogrupo, construção de estereótipos e discriminação.

“How to Overcome Our Biases?” (TED Talk, Verna Myers): Nesta conferência, Verna Myers explora como reconhecer automatismos e preconceitos implícitos, enfatizando a importância do autoconhecimento e da ação consciente. Relaciona processos de cognição social com a mudança comportamental e a prática antirracista, promovendo uma pedagogia da desconstrução de estereótipos enraizados.

Canal Afrolis (YouTube, Portugal): Plataforma independente de comunicação com foco em jornalismo e narrativas de mulheres negras e pessoas racializadas, considerando especialmente suas experiências em Portugal. O canal desafia narrativas dominantes nos meios de comunicação tradicionais e tem-se destacado como referência em mídia antirracista em língua portuguesa.

AmarElo – É Tudo Pra Ontem (2020, Brasil): Este documentário musical acompanha os bastidores da apresentação no Theatro Municipal de São Paulo do rapper Emicida, ao mesmo tempo que discute a história da população negra no Brasil, a luta por espaços de reconhecimento e o apagamento histórico causado pela hegemonia branca. Misturando música, imagens de arquivo e narração, o filme questiona estereótipos raciais e ressalta a importância da memória e da ancestralidade como formas de resistência e afirmação identitária.

Quanto Vale ou É por Quilo? (2005, Brasil): Ao intercalar cenas do período escravocrata com práticas contemporâneas de “caridade” institucionalizada, o filme denuncia o racismo estrutural e a continuidade simbólica do colonialismo. A obra permite refletir sobre como estereótipos racializados são reproduzidos sob novas roupagens ideológicas, operando através da lógica neoliberal de meritocracia e moralidade assistencialista.

Cartas de Guerra (2016, Portugal): Baseado em cartas reais escritas por um médico português durante a Guerra Colonial em Angola, o filme revela como estereótipos foram mobilizados para justificar a violência colonial. A obra evidencia processos de desumanização e exotização que sustentam a construção do “outro” como inferior.

Chuva É Cantoria na Aldeia dos Mortos (2018, Brasil/Portugal): Ao acompanhar a vida de um jovem do povo Krahô, o filme desafia estruturas narrativas ocidentais e desestabiliza estereótipos sobre os povos originários do Brasil. A obra permite valorizar epistemologias nativas e a afirmação de identidades culturais marginalizadas por narrativas e representações dominantes.